# A participação como recurso compartilhado:
# Uma análise dos processos participativos dirigidos às mulheres em Recife

Marie-Hélène Sa Vilas Boas[1]

A multiplicação de dispositivos participativos e deliberativos, no Brasil, desde os anos 90 suscita novas abordagens para a compreensão da noção de democratização, que vão além das perspectivas teóricas clássicas, ou seja, o institucionalismo e as teorias da "sociedade civil". A análise das "inovações democráticas" introduzidas, em particular a nível local, permite a superação de uma dicotomia, as vezes excessivamente acentuada, entre o Estado e os movimentos sociais para compreender como a articulação entre esses dois campos originou a criação de arenas mistas cujo objetivo é integrar atores geralmente excluídos do campo político (Wampler et Avritzer, 2004, Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006). Mais particularmente, os estudos realizados sobre o Orçamento Participativo definiram variáveis explicativos para compreender como a introdução de esses dispositivos é acompanhada, ou não, de uma real descentralização da tomada de decisão pública e, por conseguinte, levaram a consolidação de uma lógica *down/ top* na elaboração das políticas públicas. (Avritzer e Navarro, 2002). Nessa perspectiva, as experiências cujo resultados são mitigados são, muitas vezes, explicadas pela falta de "vontade política" dos atores governamentais (Avritzer, 2002).

Queremos, no quadro desse artigo, questionar a noção de "vontade política" a partir do estudo de processos participativos setoriais implantados em Recife. Nesse município, a chegada ao poder, em 2000, de uma coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores se acompanha da introdução de dispositivos participativos dirigidos às mulheres: uma plenária específica no processo do OP é introduzida, assim como conferências municipais da mulher realizadas a cada dois anos desde 2002. As propostas resultantes desses dispositivos são recolhidas por um órgão governamental criado em 2001, a Coordenadoria da Mulher, cuja influencia dentro do governo é fraca. A análise de tais processos nos leva a observar que existem vontades políticas plurais dentro do campo institucional e, mais particularmente, dentro do governo, ator heterogêneo. Com efeito, a partir do caso de

[1] Doutoranda no Instituto de Estudos Políticos d'Aix-en-Provence e na PUC-SP.

Recife, levantamos a hipótese que a introdução de processos participativos é um recurso usado por atores institucionais e sociais para consolidar sua presença e a sua influência dentro dos seus respectivos campos de atuação.

I) A participação nas relações de poder entre atores institucionais.

A) A legitimidade do número: a participação como recurso intra-governamental

Os estudos realizados sobre os órgãos encarregados de elaborar políticas públicas de gênero permitem compreender como esses últimos conseguem integrar na agenda pública reivindicações dos movimentos feministas, à partir de quatro variáveis: 1)o processo que levou a criação desse órgão, 2) a estruturação desse último (centralizado ou transversal), 3)a interação com os movimentos sociais e 4) as características desses movimentos (Mazur e Mac Stetson, 1995, Dauphin, 2006). Realizadas a partir de casos ocidentais, a análise do que foi chamado de "feminismo de estado[2]" aponta os limites dessas estruturas para a integração da questão de gênero na ação pública municipal sobretudo em razão da sua dependência em relação à outros atores institucionais . Ademais, o respaldo dos movimentos sociais, na análise das autoras, os movimentos feministas, favoreceria a integração dessas estruturas no campo institucional.

No Brasil, observamos uma multiplicação de órgãos cuja missão é a elaboração das políticas públicas de gênero, tanto a nível nacional quanto local, criados por atores políticos diversos. Em Recife, a Coordenadoria da Mulher é vinculada ao gabinete do prefeito e dispõe de um orçamento próprio. A criação de uma estrutura administrativa autônoma e ligada ao executivo corresponde a uma reivindicação intra-partidária das mulheres *petistas* desde os anos 80 (Macaulay, 2003), a qual é integrada ao programa eleitoral da Frente do Recife em 2000[3]. Ademais, esse município é caracterizado por uma forte presença de movimentos feministas e de mulheres, com um certo grau de articulação, em particular através do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), o qual apoiou, durante o período

[2] Essa denominação decorre do vínculo entre essas estruturas e os movimentos de mulheres em virtude do qual as primeiras são vistas pelo resto da estrutura governamental como administrações militantes.

[3] A coligação de 2000 era composta do PT, PCdoB , PCB et PGT. O seu programa de governo integra um documento intitulado "Os 13 pontos das Mulheres ; As propostas da Frente de esquerda para as Mulheres", cujo ponto 1 é "a criação de uma Coordenadoria Municipal da Mulher do Recife". "Os 13 Pontos da mulher", *Resolução do V encontro municipal do Partido dos Trabalhadores,* p. 38

eleitoral, a proposta de criação de uma estrutura governamental, assim como a criação de dispositivos participativos.

Enquanto nova estrutura institucional, a Coordenadoria da Mulher é, num primeiro momento um órgão em definição cuja legitimidade tem que ser demostrada dentro do governo. Nessa perspectiva, a realização bem "sucedida" dos processos participativos, como a plenária da mulher no OP em 2001 e, em 2002, a primeira conferência, representa uma fonte de justificação para a sua existência. Segundo uma antiga coordenadora da mulher de Recife: " *O sucesso da primeira plenária da mulher [ do OP] nos deu um outro poder de discussão dentro da gestão sobre a questão da nossa estruturação. E a conferência foi a consolidação da nossa posição*[4]".

A "quantidade" de participantes presentes nos espaços participativos voltados às mulheres permite, então, tornar uma questão percebida como "particular", dentro da prefeitura, uma temática potencialmente mobilizadora de uma grande parte da população local, além dos grupos feministas que fazem parte do "setor de ação" do PT. Assim, o que parece estar em jogo em torno dos dispositivos voltados às mulheres, é o apoio social que esses processos podem permitir para a gestão então eleita.

A consolidação da Coordenadoria da Mulher parece se dar tanto pela chegada de atores políticos cujo programa eleitoral integrava a questão de gênero, quanto pelo respalde que as mulheres da cidade dão a essa estrutura pela sua participação. A diferença dos casos de "feminismo de estado" estudados pelas autoras acima citadas, a ação do órgão Recife dentro do campo institucional aparece ligado às demandas das "mulheres da cidade", e não só dos movimentos feministas.

A participação é assim, usado pelas integrantes da Coordenadoria como recurso para justificar a sua presença e legitimar sua ação. Os projetos apresentados que implicam a cooperação de um outro ator estatal, ou seja uma outra secretaria, para a sua realização, são, nesse sentido, reveladores. Com efeito, observamos que a justificativa de vários projetos mobilizam tanto a questão das desigualdades de gênero, quanto a sua "demanda popular". Por exemplo, uma proposta de formação dos educadores populares sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, envolvendo a Secretaria de Saúde, enuncia na sua justificativa: "*Um Recife mais democrático implica em que os anseios, demandas e*

[4] Entrevista realizada em 31/ 01/2007

*necessidades da sociedade, compreendida dentro de sua diversidade de organização e vivências, sejam estas de ordem da sexualidade, raça, gênero e classe, consigam se fazer representar pelas instituições. Esse projeto vem contribuir na consolidação desta perspectiva, pois , em 2 momentos de participação da população do Recife na definição das diretrizes dessa atual gestão ( V Conferência de saúde do Recife e I Conferência da Mulher), foi definido como diretriz a promoção dos direitos Sexuais e Reprodutivos por meio de educação em saúde*[5] *".*

O apelo aos "valores da gestão" contribui, então, para superar a "ilegitimidade" da temática de gênero ao apresentar os projetos como decorrência da participação popular.
A multiplicação de processos participativos, realizados no âmbito municipal, em várias áreas tradicionalmente secundaria na ação pública (conferência do idoso, plenária dos direitos humanos do OP, plenária da população negra no OP) leva, todavia, a uma certa "polifonia participativa". Nessa perspectiva, a questão do número ganha uma importância para o apelo a esse "recurso", dentro do governo. A preocupação das integrantes da Coordenadoria com o número de participantes mobilizadas durante a última conferência, nos parece significativo do que está em jogo a nivél intra-governamental[6].

B) Descentralização ou "encenação" da tomada de decisão?

A questão de saber em que medida os processos participativos decentralizam a tomada de decisão anima a maioria dos estudos sobre processos participativos e deliberativos. As análises das experiências melhor sucedidas concluíram ao surgimento embrionário de um quarto poder. Esse corresponde ao poder "dos cidadãos quando participam na tomada de decisão diretamente (em assembléias gerais ou em plebiscitos) ou através de pequenos grupos tirados a sorte (júris berlinenses) ou de delegados estreitamento controlados (orçamento participativo, estruturas de desenvolvimento comunitários) em vez de se louvar em representantes clássicos. Esse quarto poder se articularia com os três poderes clássicos (executivo, legislativo, judiciário), levando a uma forma mista".( Bacqué, Rey et Sintomer,

---

[5] Projeto "Saúde como ação política através da arte", Coordenadoria da Mulher de Recife, dezembro 2002.

[6] Durante a organização da última conferência da mulher,.

2005, p. 37). Assim, frente a um esquema tradicional de tomada de decisão baseada num processo *top/ down,* assistiríamos ao surgimento de um processo decisório *down/top* com a introdução de alguns dispositivos, em particular o OP.

Para compreender os dispositivos participativos dirigidos às mulheres em Recife e os seus efeitos na descentralização do processo decisório, privilegiamos um ponto de partida intermediário, fundado numa lógica mais circular e processual de elaboração das políticas públicas, caracterizada por uma influência recíproca entre atores institucionais e sociais, com a predominância dos primeiros sobre os segundos.

Com efeito, na plenária da mulher do OP, se a decisão final pertence ao voto das participantes, a definição dos projetos ela, realizada pela Coordenadoria a partir das propostas feitas nas conferências da mulher. Assim, a operação de seleção realizada pelos atores institucionais, a partir de dispositivos deliberativos anteriores, limita e enquadra a tomada de decisão "popular" durante o OP. São, todavia, as participantes que determinam, em última instância, o projeto a ser elaborado pela prefeitura, escolhendo entre as propostas apresentadas. Durante as conferências, um documento básico de propostas da Coordenadoria é objeto de discussão e novas propostas são a ele acrescentadas pelas participantes das pré-conferências. Durante a plenária final, essas propostas são adotadas ou rejeitadas pelos atores sociais e institucionais.

Na plenária da mulher do OP realizada em 2001, a proposta privilegiada pelas participantes foi a elaboração de uma política voltada à luta contra a violência que sofre a mulher. Essa temática fazia parte do programa de governo da Frente da Esquerda no seu ponto 7, o qual prevê: "Criar abrigo para as mulheres vítimas de violência, com atendimento jurídico e psicológico, orientação sexual, realização de cursos profissionalizante e atividade de lazer e arte". Durante a definição da estruturação da Coordenadoria, o FMPE entrega um documento a prefeitura, que coloca a questão da violência domestica como prioridade a ser enfrentada. Esse documento enuncia: "*Há uma grande limitação que perpassa todas [as] evidencias programáticas, que sem dúvida, devem ser facilmente compartilhadas pela nova vontade política que caracteriza um governo popular e democrático. Essa limitação é a questão da violência domestica e sexista. Para reverter o quadro excludente da população feminina, essa questão precisa*

*ser tratada com vigor*[7]. A plenária da mulher do OP vem, assim, confirmar a necessidade de elaborar um projeto definido em outras arenas, apontando essa temática como prioridade dos poderes públicos. Nessa perspectiva, a plenária da mulher do OP pode ser considerada como uma "teatralização" (Balandier, 1999)do processo de elaboração das políticas públicas, nesse caso, a política de atendimento a violência, que não é determinada nos dispositivos participativos mas que não pode ser entendida sem levar em conta esses dispositivos. Com efeito, essa "sanção popular" de decisões tomada no campo institucional constitui uma dupla legitimação, ou seja como "uma qualidade de conformidade" entre o exercício do poder e o imaginário social que enquadra esse último ( Becquert- Leclerc, 1977). Por um lado, ela constitui um recurso dentro do governo. Por outros lado, ela representa também uma "encenação" da tomada de decisão que consolida a imagem de um poder político que atua a partir das deliberações da população.

Assim, os processos participativos dirigidos às mulheres, desenvolvidos em Recife, constituem um recurso para um ator, cujo poder é fraco dentro do campo institucional, consolidar a sua ação na implementação de políticas que não dependem só daqueles processos mais cuja realização não pode ser entendida sem a legitimação dada por esses mesmos dispositivos. Nessa perspectiva, os dispositivos participativos podem representar uma fonte de legitimação para atores políticos, dentro do campo institucional.

II) Os dispositivos participativos como campo de encontro e disputa entre atores sociais.

A "arena dos conflitos sociais" ( Neveu, 1996) é uma arena heterogênea na qual atores se confrontam pela definição de "projetos" ( Dagnino, Olvera, Panfichi, 2006 ). A literatura sobre a participação política das mulheres estabeleceu uma distinção entre os movimentos feministas e os movimentos de mulheres. Os primeiros são voltados ao combate as desigualdades de gênero e os segundos transformaram estratégias de sobrevivência em reivindicações socio-políticas (Marques-Pereira e Raes, 2000). Esses dois

[7] *Fórum de Mulher de Pernambuco,* sem data (1º semestre 2001)

tipos de movimentos são, ademais, atravessados por correntes e divisões internas. Essas clivagens se expressam dentro dos espaços participativos levando a uma luta pela definição dos "problemas" da ação pública.

I) Luta dos atores sociais pela definição dos "problemas" legítimos nos espaços participativos

O programa "os 13 pontos das mulheres" integra no seu item 12 o objetivo de "fortalecimento do movimento de mulher". Dele se depreende que criação de um órgão estatal voltado a formulação das políticas públicas de gênero, assim como a introdução de espaços participativos deveria permitir a institucionalização de um diálogo entre atores sociais tradicionalmente marginalizados e o poder político e, por conseguinte, criar um canal que levaria à introdução das *perspectivas sociais*[8] desses atores na ação pública. Devemos notar que em Recife, o Estado teve uma grande influencia na constituição de uma arena associativa, em particular nos anos 70, o que dificultou a constituição de um campo social autônomo ( Silva, 2003).

A literatura sobre os efeitos da institucionalização da participação sobre as formas de ação coletiva apontaram as possibilidades desses processos levarem a um enfraquecimento da ação dos movimentos. Ao se concentrarem sobre os espaços deliberativos, custosos em tempo, energia e força militante, os movimentos podem acabar sendo cooptados. Vários estudos de casos permitem, no entanto, nuançar essa conclusão. Cecile Blatrix mostra a partir de um estudo sobre os espaços consultivos realizados em torno da criação de um novo trajeto de trem na França, que esses últimos podem ser apropriados pelos movimentos, constituindo assim um novo repertório de ação (Blatrix, 2004). No nosso caso, os espaços participativos têm como característica não se restringir a consulta ou deliberação sobre uma questão particular, como é no caso estudado por Cecile Blatrix, mais têm para objetivo definir as diretrizes gerais da ação pública. Os dispositivos participativos

[8] Iris Marion Young usa a palavra *perspectiva* social para designar a compreensão do mundo social que depende da experiência vivida a partir de um posicionamento particular. Esse termo é proposto em substituição a expressão "interesses comuns" geralmente usado para descrever as reivindicações dos grupos minoritários que não permite pensar a diversidade dentre dos grupos minoritários. Cf Iris Marion Young, 2000.

constituem, assim, a um novo espaço, intermediário entre o campo institucional e o campo dos conflitos sociais, apropriado por alguns militantes para reafirmar a sua agenda militante.

Temos, todavia, que diferenciar a plenária da mulher do OP e as conferências da mulher. Com efeito, se esses espaços são investidos por uma base comum de atores, ou seja, majoritariamente mulheres membros de associações comunitárias e militantes de organizações feministas, o formato institucional dos dois processos leva a resultados diferenciados na maneira de definir os "problemas" públicos e por extensão no público a ser priorizado pela prefeitura.

Durante a conferência da mulher, todas as propostas feitas pelas participantes, e aprovadas pelo grupo do qual ela participe, são registradas. Elas devem, porém, ter como ponto de partida o reconhecimento das desigualdades de gênero e como objetivo a redução dessas últimas[9]. Esse enquadramento, a partir de uma leitura que tem como objetivo "fazer do feminismo um fenômeno popular[10]" é respaldada pelos atores que participam da deliberação. Com efeito , o conjunto de propostas formuladas durante as pré-conferências das Regiões Politico-Administrativas, das "entidades gerais" e das servidoras públicas é objeto de deliberação durante a plenária final. Só se recorre ao voto se houver um desacordo. Esse método de tomada de decisão tende a favorecer os atores que têm um domínio da fala em público, assim como um conhecimento das temáticas, em particular nas áreas mais técnicas como a saúde. Assim, observamos a predominância, durante o debate, de militantes profissionais, muitas vezes ligadas à movimentos ou ONGs feministas. O que nos parece interessante sublinhar é que, esses dispositivos deliberativos constituem, sobretudo um espaço intermediário entre o campo institucional e a "sociedade civil", dentro do qual se encontrem agendas militantes defendidas por organizações de mulheres locais, em particular o FMPE e a secretaria de mulheres da CUT. Por exemplo, a integração, na primeira Conferência da Mulher de 2002, de propostas que não são da competência do

---

[9] O caderno de resoluções da Segunda Conferência da Mulher enuncia na sua introdução: "Entendemos que os mecanismos de exclusão e desvalorização das mulheres diferem de outros tipos de exclusão social. A desvalorização e conseqüente discriminação propiciam sua invisibilidade no espaço público (...). Por isso, a política pública de gênero pode ser compreendida como parte de um projeto radical de transformações das relações sociais, uma vez que superar as desigualdades de gênero significa contribuir para uma sociedade, com relações igualitárias e democráticas. Caderno da 2ª Conferência Municipal da Mulher, Recife-PE, Prefeitura do Recife, abril 2004.

[10] Entrevista com uma antiga oordenadora da Mulher de Recife em 31/01/2007.

município, como "trabalhar a descriminalização do aborto", repetida na segunda conferência, e outra de "criar o programa de aborto prevista em lei" tem como objetivo dar visibilidade à reivindicações geralmente circunscritas aos movimentos feministas, assim como suscitar um debate, geralmente realizado a nível nacional, a esse respeito. Podemos notar que a proposta de assegurar o aborto previsto em lei foi apresentada, pela Coordenadoria, no conjunto das propostas definidas para a plenária do OP de 2005 e foi escolhida como segunda prioridade nessa mesma plenária.

Na plenária da mulher, a escolha entre as propostas é realizada pelo voto das participantes. Esse formato favorece então os grupos numericamente majoritários e nesse caso, os movimentos de mulheres comunitários e de bairro. Essa composição se reflete no tipo de propostas escolhidas pelas participantes. Por exemplo, na plenária de 2006, a qual observamos, percebemos uma certa distinção, que não deve ser vista como uma dicotomia rígida, entre as propostas favorecidas pelas militantes de organizações feministas e as propostas encapadas pelas integrantes de movimentos de bairros. Com efeito, se as primeiras defendiam as temáticas da saúde, da violência e da educação, as segundas eram mais voltadas a temática gênero e desenvolvimento social[11]. Nessa mesma plenária, a proposta de "criação de espaços nas Regiões Político-Administrativas para a comercialização de produtos das mulheres empreendedoras do Recife" foi então designada prioritária[12]. Através da divergência de escolhas, podemos perceber como as divisões entre atores do campo social se expressam dentro dos espaços participativos, e têm uma influência sobre a definição do "problema" que deve ser objeto de atenção pela prefeitura.

B) Uma aproximação entre segmentos de mulheres[13]?

[11] Essa afirmação é feiras a partir da nossas observações realizadas durante a apresentação das candidatas à delegadas na plenária do OP, durante a qual a temática que essas últimas apoiavam era definido.

[12] As propostas realizadas dentro dessa temática estão sempre, desde 2001, entre as três prioridades escolhidas durante a plenária do OP.

[13] Essa última parte apresenta algumas hipóteses que ainda precisam ser desenvolvida durante a nossa pesquisa. Apresentamos assim mais pistas de reflexões do que conclusões.

Os espaços participativos dirigidos às mulheres, em Recife, mobilizam atores que militam em áreas distintas e que não necessariamente se encontram. Se nessa cidade, uma articulação maior, do que em centros urbanos como São Paulo, entre vários segmentos do movimento de mulher pode ser observado, principalmente através do FMPE, a divisão entre movimentos feministas e movimentos de mulheres fica bastante significativa. Nos espaços participativos dirigidos às mulheres e principalmente a conferência, o enquadramento das propostas a partir das desigualdades socialmente construídas de gênero parecem fazer desses espaços uma "escola do feminismo" para atores que não se reivindicam como tal[14].

O encontro entre atores diversos não se restringe aos movimentos feministas e de mulheres. Com efeito, a primeira conferência foi seguida da criação, dentro da Coordenadoria da Mulher, de uma diretoria sobre a "igualdade racial", como resposta a forte presença de mulheres negras nesse mesmo evento. Ademais, uma redefinição da temática "educação sexista" é realizada depois dessa conferência. Ela foi intitulada "educação não-sexista, não- homofóbica e anti-racista", a qual foi redefinida durante a 3ª conferência de 2006 para "educação não-sexista, anti lesbo-homofóbico e anti racista", atendendo os pedidos de integrantes da Liga Brasileira de Lésbicas. Se essas mudanças parecem se dar principalmente no campo discursivo, elas têm implicações sobre a maneira de enquadrar o debate durante os processos deliberativos e por extensão, sobre o público que é definido como alvo da ação governamental.

Esse artigo teve como objetivo propor uma visão processual dos processos participativos dirigidos às mulheres introduzidos em Recife. Com efeito, a elaboração das políticas públicas de gênero não pode ser entendida nem a partir de uma lógica top/ down, nem pela reversão dessa lógica. Elas decorrem da influencia respetiva de atores institucionais e sociais, a qual favorece a consolidação da Coordenadoria dentro do espaço institucional da coordenadoria da mulher, assim como uma leitura "feminista" dos problemas públicos ligado às relações de gênero. Essa perspectiva, se ela não nega a existência de dois campos, o campo institucional e o campo dos conflitos sociais, nos leve todavia a pensar a inter-

[14] A realização das pré-conferências das RPA's, na escolas municipais contribuía ainda mais a essa perspectiva de conferência como "escola do feminismo". Para uma reflexão sobre a importância dos lugares onde se desenvolvem as interações sociais, cf. Latour, 2006.

relação constante entre eles para a compreensão de uma ação pública setorial e muitas vezes, secundaria.

**Bibliografia:**


- Avritzer Leonardo e Navarro Zander, 2003, *A inovação democrática no Brasil,* São Paulo, Cortez,.
- Bacqué Marie-Hélène, Rey, Henri e Sintomer Yves (dir.), 2005, *Gestion de proximité et démocratie délibérative. Une perspective comparative*. Paris, La Découverte, coll. Recherches,.
- Balandier, Georges, 1999, *O Poder em Cena,* Coimbra, Minerva.
- Blondiaux Loic e Sintomer Yves, 2002. « L'impératif délibératif », *Politix*, N° 57, pp. 17-36.
- Blatrix Cécile, 2002."Les effets de l'institutionnalisation de la participation sur les formes d`action collective", *Politix,* n. 57.
- Dagnino Evelina (Org.), 2002, *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo, Unicamp, Edição Paz e Terra,
- Dagnino Evelina, Olvera Alberto J. e Panfichi Aldo, 2006, *A disputa pela construção democrática na América Latina,* São Paulo,Paz e Terra, Unicamp.
- Dantas de Oliveira Suzana Marques, *O feminismo e as suas diferencias : um estudo sobre o Forum de Mulheres de Pernambuco*, 2002, Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE.
- Dauphin Sandrine, 2006, "Des administrations pour promouvoir l'égalité des sexes: une comparaison France-Canada", comunicação apresentada no colóquio "Genre et Politiques Publiques", Genève, 28 e 29 setembro 2006.

- Fernandes Antonio Sergio de Aurajo, *Gestão municipal e Participação social no Brasil. A trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)*, 2004, São Paulo, Annablume editora, FAPESP.
- Leal Suely, 2003, « *Fetiche da participação popular. Novos praticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*". Recife, Editora CEPE,.
- Macaulay Fiona, 2003, "The purple in the Rainbow: Gender Politics in the PT", in G. Baiocchi, Radicals in Power. The Worker's Party and Experiments in Urban Democracy in Brasil, London, Zed Books Ltd, , p. 176-201.
- Marques-Pereira Bérangères e Raes Florence., « Trois décennies de mobilisations féminines et féministes en Amérique latine », Cahiers des Amériques latines, n°39, 2002/1, pp. 17-36
- McBride Stetson Dorothy &. Mazur Amy G , eds., 1995,*Comparative State Feminism*. London: Sage Publications.
- Neveu Erik,1996 , *Sociologie des mouvements sociaux*, Repères, La Découverte.